



Artigos Originais

Atrás da Cortina de Fumaça: Jovens da Periferia e a Temática das Drogas.

Behind the smokescreen: youths from the periphery and the drugs issue.

Paulo Estevão Pereira¹

Ana Paula Serrata Malfitano²

¹Pesquisador, Núcleo de Estudo e Pesquisa em Saúde Mental, Álcool e outras Drogas (NEPSMAD), Uberaba, MG – Brasil

²Professora Adjunta, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP – Brasil

RESUMO - O fenômeno das drogas adquiriu proporções globais nas últimas décadas, atingindo todas as camadas sociais. A associação entre jovens, especialmente pobres, e o uso de drogas, presente na mídia e nas políticas públicas, tem suscitado discussões e intervenções que precisam ser analisadas e problematizadas, as quais, não considerando a situação socioeconômica e cultural daqueles jovens, têm acumulado resultados pouco efetivos, do ponto de vista público. Esse dado suscita a necessidade de inverter a ordem da pergunta e, antes de se buscar qual a melhor forma de tratar jovens em uso de drogas, iniciar pela compreensão dos contextos e arranjos sociais que permitem que estejam expostos às drogas e como tal exposição se dá no seu cotidiano. Este artigo baseia-se em uma pesquisa com jovens da periferia de uma cidade de médio porte do interior paulista e discute, a partir do discurso dos jovens, a relativização do papel das drogas como fonte primária de suas vulnerabilidades. Utilizou-se como método a observação participante, em um equipamento público local, além de entrevistas e grupos de atividades. O discurso dos jovens desvela questões como violação de direitos, restrições à mobilidade urbana, violência real ou simbólica a que estão sujeitos, bem como a precariedade das relações de trabalho; fatores que se traduzem em uma vulnerabilidade maior que aquela advinda da temática das drogas.

Palavras-chave: Adolescente; Drogas Ilícitas; Vulnerabilidade Social; Condições Sociais.

ABSTRACT - The drug phenomenon has acquired global proportions in last decades, reaching all levels of society. The association between youngsters, especially the poorer, and drug use, present in the media and public policies, has raised discussions and interventions that need to be analyzed and discussed. The society has accumulated ineffective public results in terms of policies, without considering the socioeconomic and cultural situation of those youngsters. This finding raises the necessity to reverse the order of the question and, before looking up which is the best form to treat young people that use drugs, we need to start by understanding the contexts and social arrangements that allow these young people to be exposed to drugs and how this exposure in their everyday lives is. This article is based on a survey performed with youngsters living on the periphery of a middle-sized city in São Paulo State. It is discussed, from the youngsters' discourse, the drug role in their lives, which is not the primary vulnerability. It is applied the participant observation, in a public-funded service, and interviews and workshops activities. The youths' speech unveils issues such as violation of rights, restrictions on urban mobility, real or symbolic violence to which they are subject, as well as the precariousness of labor relations, factors that translate into vulnerability greater than that arising from the drugs issue.

Keywords: Adolescent; Street Drugs; Social Vulnerability; Social Conditions.

1. INTRODUÇÃO

A temática das drogas tem se tornado cada dia mais presente em nossa vida cotidiana. Nas imagens televisivas e nos jornais, nos discursos políticos e nos programas de governo, nas escolas, nos serviços de saúde, nos círculos de amizade e familiares. No entanto, ainda que essa questão já tenha superado as barreiras de classe social, concernindo à sociedade como um todo, ainda é sobre os grupos de jovens, e, de modo especial, jovens pobres, que recaem o controle de modo mais intenso^{1,2}. Isso se dá numa reprodução da associação, quase “natural”, entre jovens pobres e drogas, presente no imaginário social.

No entanto, as ações desenvolvidas, em especial pelos serviços públicos, direcionadas à temática juventude e

drogas, não têm atentado para as especificidades e as necessidades dos jovens em uso abusivo de drogas, pautando-se por uma visão medicalizada da questão³, desconsiderando o contexto socioeconômico e cultural

Autor correspondente

Ana Paula Malfitano

Universidade Federal de São Carlos
Rodovia Washington Luís, km 235 - SP-310
São Carlos, SP
CEP: 13565-905
Telefone: (16) 3306-6623
Email: anamalfitano@ufscar.br

Artigo encaminhado 31/10/2013

Aceito para publicação em 19/04/2014

em que estão inseridos^{4,5}, acarretando resultados pouco efetivos do ponto de vista do funcionamento de serviços públicos. Vive-se uma época em que se criam explicações individuais e estigmatizantes para problemas sociais de uma ordem econômica não relacionada com os “efeitos” de cada droga.⁶

Não se trata, evidentemente, de negar dados clínicos, epidemiológicos, estatísticos, nem as questões ligadas à necessária discussão sobre tratamento ao uso abusivo de drogas. Trata-se de relativizar tais enfoques enquanto uma dentre outras formas de abordar a temática. Procedendo a uma ampliação de perspectivas, acercando-se da questão não apenas como doença ou agravo à saúde, mas como fenômeno socialmente construído, tal como o próprio conceito de saúde o é.⁶

Diante desse quadro, torna-se necessário inverter a ordem da pergunta⁷. Antes de se questionar qual a melhor forma de tratamento deve ser desenvolvida e oferecida aos jovens quando em uso de alguma droga, é preciso entender primeiro quais os contextos e arranjos sociais que colocam grupos de jovens, em geral pobres, moradores das periferias das cidades, em maior exposição à temática das drogas e que configuração essa exposição assume em seu cotidiano.

Este estudo teve por objetivos: (i) conhecer as vivências de jovens pobres moradores das periferias das cidades em relação à temática das drogas, procurando explicitar como se dá sua relação com o tema, qual o papel das drogas em suas experiências cotidianas e suas percepções a respeito; e (ii) apreender e considerar quais os arranjos e contextos sociais que colocam esses jovens em maior exposição a este fenômeno, bem como explicitar outras formas de vulnerabilização a que estão sujeitos.

2. PERCURSO METODOLÓGICO: OS JOVENS, A PERIFERIA E A CIDADE

Compreender a questão das drogas a partir das experiências construídas no universo de jovens pobres moradores da periferia implica em considerar, tão de perto quanto possível, o território ou o pedaço⁸ onde esses sujeitos tecem suas relações, bem como o contexto social mais geral no qual estão inseridos.

Para Magnani⁸:

É nesses espaços onde se tece a trama do cotidiano: a vida do dia-a-dia, a prática da devoção, a troca de informações e pequenos serviços, os inevitáveis conflitos, a participação em atividades vicinais. [...] Desta forma, o “pedaço” é ao mesmo tempo

resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para seu exercício e fruição (p. 13).

A partir dessa perspectiva, a apreensão desse universo no âmbito científico, ou seja, pelo viés de uma pesquisa acadêmica, requer o emprego de metodologias participativas que coloquem pesquisador e pesquisados em relação direta, horizontal, sem suposições teóricas tomadas a priori, mas sim, permitindo aquelas que são construídas no processo de interação, o que possibilita aproximar-se dos sujeitos, em especial dos jovens, de uma forma mais real, para a troca de experiências e a construção conjunta de saberes e proposições acerca de suas demandas⁹. Especificamente em relação à temática juventude e drogas, abordagens mais diretivas têm se mostrado pouco eficazes para acessar as demandas específicas e as necessidades singulares dos jovens. Tal fato pode ser interpretado como uma das causas pelas lacunas observadas entre as ações propostas e os interesses dos próprios sujeitos, com reflexo no êxito de tais ações.

Portanto, faz-se necessário conhecer as relações que são estabelecidas com e no território, bem como as interconexões desse território com os demais espaços da cidade. Para se alcançar a dimensão da vida concreta no território em estudo, em nosso caso as periferias urbanas, é preciso traçar estratégias para se aproximar das formas de trânsito e de impedimento à circulação pelos espaços públicos e sociais, assim como as suas vivências em seus dramas cotidianos.

Desta forma, foi empreendida uma pesquisa junto a jovens entre 15 e 29 anos, residentes na periferia de uma cidade de médio porte no interior do Estado de São Paulo, e que frequentavam um “Centro da Juventude” (CJ) municipal, destinado ao desenvolvimento de ações ligadas à cultura, ao lazer e ao esporte. A escolha daquele pedaço⁸ deveu-se a uma estratégia de pesquisa que buscava permitir uma maior diversidade dos sujeitos em relação à questão das drogas, evitando-se recortes a partir das abordagens da saúde (como os Centros de Atenção Psicossociais para usuários de álcool e outras drogas - CAPS-ad) e da justiça (adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas ou em instituições educativas em decorrência do ato infracional).

Nossa entrada no campo de pesquisa tornou-se viável mediante a inserção nas atividades desenvolvidas na região desde 2005 pelo Núcleo UFSCar do Projeto METUIA, grupo interinstitucional que realiza pesquisas, ensino e extensão universitária em Terapia Ocupacional Social. A inserção no campo, partindo de

um vínculo já estabelecido entre os jovens do CJ e o Projeto METUIA, favoreceu a aproximação com o universo deles, permitindo que a confiança entre nós fosse firmada. Assim, partindo do referencial teórico da Terapia Ocupacional Social, os recursos metodológicos de que nos servimos para tal aproximação foram: a) observação participante, realizada por um período de nove meses, duas vezes por semana, a partir do acompanhamento de oficinas de atividades de convivência, registradas em diários de campo e posteriormente analisadas; b) entrevistas semidirigidas com nove jovens e c) Oficinas de Atividades em Terapia Ocupacional¹⁰, estruturadas por temáticas (identidade, cotidiano e drogas).

A observação participante tem como principal aspecto o fato de o pesquisador “mergulhar de cabeça no campo”¹¹, e tanto observar, de uma perspectiva como membro, quanto influenciar o que é observado devido à sua participação no local. Ao favorecer ao pesquisador maior tempo em contato com as pessoas e contextos que observa, é possível desenvolver a pesquisa como um processo que se ajusta em conformidade com as manifestações do próprio campo, permitindo ao pesquisador maior flexibilidade e apropriabilidade metodológicas na sua condução¹¹.

Porém, nem todos os fenômenos de um campo de estudo podem ser observados, de modo que a observação participante em si não favorece a captura de processos biográficos e de eventos que ocorram raramente¹¹. Daí a importância de se somar à observação as entrevistas com os participantes, de modo a apreender aspectos da realidade que poderão ser acessíveis a partir dos relatos verbais dos sujeitos¹¹.

Para tanto, propusemos a realização de entrevistas semidirigidas junto a nove jovens com os quais nos vinculamos no período da observação, sendo sete do sexo masculino e duas do sexo feminino, com média de idade de 17 anos. O roteiro de entrevistas, aplicado não de forma sequencial, mas como um norteador dos assuntos abordados, foi composto com base nas questões levantadas pela revisão bibliográfica realizada sobre a temática juventudes pobres e drogas, e procurou abarcar as questões inerentes ao ser jovem na periferia, seu cotidiano, a forma como as drogas aparecem no seu dia-a-dia e a sua percepção sobre o fenômeno.

A fim de obter uma perspectiva mais abrangente da temática em questão, lançamos mão, como recurso metodológico de coleta de dados, da realização de Oficinas de Atividades em Terapia Ocupacional¹⁰, compreendidas como espaços de experimentação,

aprendizagem e expressão livre, na qual os participantes são percebidos como seres ativos no processo de construção de si mesmos, possibilitando a vivência de experiências democráticas e igualitárias na interação com outros sujeitos.

Utilizando a perspectiva da Terapia Ocupacional Social, nossa formação de base, lançamos um olhar para a vida cotidiana, mesclando discursos advindos do “fazer” daqueles jovens complementando o que acessamos pelo seu “dizer”. Buscamos a possibilidade de apreender as percepções e concepções dos participantes frente às temáticas propostas (identidade juvenil, cotidiano na periferia e drogas), com o intuito de nos aproximarmos da sua visão sobre suas próprias vivências.

Ressalta-se que esta pesquisa teve como arcabouço teórico as proposições da Terapia Ocupacional Social^{12,13}, as discussões acerca dos conceitos de juventude¹⁴ e, como chave de leitura complementar, a etnometodologia, proposta por Harold Garfinkel¹⁵.

Todos os procedimentos éticos de pesquisa foram observados e a participação dos jovens na pesquisa se deu livremente, após terem sido devidamente esclarecidos quanto aos objetivos e finalidades da mesma, bem como em relação à sua autonomia quanto a participar ou não, podendo interromper sua participação a qualquer momento, caso desejassem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Circulação na Cidade e Cerceamento Social: Marcas na Vida

Os dados da pesquisa evidenciaram que uma marca efetiva nas vidas dos jovens estudados se dá pelas possibilidades de circulação pela cidade e os cerceamentos sociais com os quais convivem, cotidianamente, por serem jovens e da periferia.

Meu bairro? No começo era complicado, né! Mas depois que... porque é... muita gente fala que é parecido com favela, mas não é. Quem conhece, sabe que é um lugar bom! Quem conhece, não vai querer sair! No começo é mais complicado, mas quando chega, acostuma, vai conhecendo as pessoas, vai vendo que o negócio é legal...

Mas é complicado, porque é um bairro um pouco esquecido, né, pelas pessoas que trabalham com a política, essas coisas, né? É um bairro um pouco esquecido por eles! Mas é um bairro, bacana, a gente gosta! A gente aqui vê o que a gente pode fazer pelo bairro, limpar, fazer mutirão... A gente mesmo que arruma nossas coisas, o campo [de futebol], a gente mesmo! Se esperar pelos outros, nosso bairro vai ser esquecido (Daniel).

Daniel (como o chamamos aqui) tem 22 anos, mora com a família no mesmo bairro desde os 6 anos de

idade, quando migraram da Bahia para o interior de São Paulo. Conhece “seu” bairro como ninguém, não somente do ponto de vista territorial, mas relacional. Conhece “tudo e todos”, segundo ele próprio afirmou. Conhece as redes de ajuda mútua, as interdições, os códigos daquela comunidade. Representa o que Harold Garfinkel¹⁴ define como “membro”, não apenas pelo pertencimento a uma localidade, mas pelo domínio das linguagens (em sentido amplo) dessa comunidade.

Esse conhecimento que Daniel possui de seu território, e que ele ressalta, no trecho acima, como fundamental para a convivência naquele espaço, nem sempre é levado em conta pelos serviços públicos ao proporem ações junto a esses grupos de sujeitos. Em geral, as ações são propostas sobre esses grupos e, raramente, junto com eles. No caso específico da temática das drogas, isso fica demasiado evidente.

A apropriação do território também é mediada pela apropriação ou não dos espaços da cidade. No caso dos jovens estudados, a mobilidade pelos espaços urbanos é pautada por conflitos territoriais não explícitos, porém atuantes na dinâmica das relações da cidade com esses jovens. Conflitos marcados por uma divisão de classe social, pela perspectiva do “perigoso”, construída acerca dos jovens pobres¹⁶, levando-os a circunscreverem seus espaços de troca social ao seu próprio bairro e outros no entorno, também periféricos.

Eu procuro ir pouco [no centro da cidade], né! Prefiro ficar em casa, porque é complicado. Já fui confundido duas vezes com ladrão. Porque roubaram ali e falaram que fui eu!... Isso não tem nada a ver! Eu prefiro ficar mais em casa, pra não ter que complicar minha vida com esses caras [os policiais]! É complicado! (Daniel).

Paulo – E quais são os lugares que você costuma frequentar?

Heitor – [pensa] ah, eu só frequento aqui mesmo [o Centro da Juventude], mais nenhum lugar. O curso que eu faço, só [no SENAC, em um bairro próximo ao seu].

Paulo – Você costuma ir ao centro da cidade?

Heitor – Não. Só saio quando tem necessidade.

No entanto, essas restrições não são gerais, não afetam todos os jovens com a mesma intensidade. Porém, se não aparecem como cerceamento, aparecem pelo controle dos espaços urbanos e dos corpos, conforme relata Nelson, um rapaz de 15 anos, morador do Bairro estudado.

Porque na Praça [região central da cidade] vai um monte de polícia, não tem como você usar droga. Porque você tá andando aqui, pisa no pé de alguém, já vem polícia em cima. Na [Rua] Larga também. Os polícia vai e volta, vai e volta, e, às dez horas [da noite], sai “fechando” e todo mundo vai embora pra sua casa. Já é! Dez hora a polícia tá fechando, vai passando e mandando todo mundo embora.

As restrições à ocupação de espaços públicos para além da periferia se manifestam nas intervenções de controle pela polícia em determinadas áreas centrais da cidade, ou em regiões que compõem o acesso entre a periferia e a cidade “formal”¹⁷. Uma concentração de jovens de classes populares nessas regiões é prontamente entendida como risco de delito, reforçando a ligação daqueles grupos de jovens à violência e à transgressão.

Tais restrições também se manifestam por meio da própria organização das cidades¹⁸, que concentram pontos de cultura e lazer, ofertas de serviços públicos e locais de consumo nas regiões centrais, portanto distantes das periferias, dificultando o acesso a um grupo específico de jovens, que acabam, majoritariamente, permanecendo circunscritos àquelas áreas. Nesse sentido, a localização do equipamento social que utilizamos como base de encontro com os jovens na periferia do município, ofertando atividades de esporte, lazer, convivência e cultura, vem ao encontro da demanda pela democratização de espaços e serviços públicos, muito embora aquele local ainda não tenha se efetivado, de fato, pelo exercício de liderança e protagonismo dos jovens que o acessam.

Sobre a circulação e acesso a espaços na cidade, um jovem relata:

Teve uma vez, no shopping [não queriam deixar entrar] porque eu não tinha RG. Mas eu entrei, ainda, escondido. O cara nem viu eu entrando. Depois das sete [da noite], tinha que enfrentar a maior fila. Porque tava indo bastante gente de sábado, aí eles não queria deixar entrar. Aí eu entrei escondido (Gustavo).

Outro exemplo desse cerceamento à livre circulação por espaços públicos encontramos no relato a seguir, retirado de nosso diário de campo.

Chego ao CJ [Centro da Juventude] às 14 horas. Iniciarei hoje as entrevistas e aguardo a chegada de Daniel, com quem farei a primeira entrevista, marcada para às 14h30m. Enquanto aguardo, converso com o pessoal do METUIA e as funcionárias do CJ. Logo chegam dois rapazes, um deles reconhecido pela terapeuta ocupacional do METUIA e recepcionado alegremente por todos. Porém, ele não ficou para as atividades, sendo-lhe pedido que retornasse à sua casa e providenciasse uma foto 3x4 para fazer a sua carteirinha, sem a qual não poderia frequentar o CJ. E, mesmo sendo bem recebido, ficou de voltar amanhã.

O jovem do nosso relato, conforme apuramos depois, retornava naquele dia ao CJ após um período de reclusão pelo envolvimento com o tráfico de drogas. Cordial, era bem quisto por todos, mas acabou tendo problemas numa das encruzilhadas da vida. Havia saído da cadeia há poucos dias. Era um rapaz em quem “valia a pena investir”, dizia uma funcionária do CJ. No entanto, dias antes, devido a problemas de comportamento de alguns jovens dentro do local e de

enfrentamentos deles com a equipe, foram instituídas as carteirinhas de identificação, sem as quais os jovens não poderiam entrar no espaço do CJ. Nesse episódio, o jovem bem quisto, em quem “valia a pena investir”, num momento de fragilidade pessoal, de recomeço, precisou voltar à sua casa e providenciar uma foto 3x4 para ter o direito de ter acesso ao espaço que antes o acolhia.

Segundo Hannah Arendt¹⁹,

A igualdade, em contraste com tudo o que se relaciona com a mera existência, não é dada, mas resulta da organização humana, porquanto é orientada pelo princípio da justiça. Não nascemos iguais; tornamo-nos iguais como membros de um grupo por força de nossa decisão de nos garantirmos direitos reciprocamente iguais (p. 335).

Essa relatividade da igualdade, conforme a autora, dependendo do reconhecimento mútuo entre os sujeitos, vulnerabiliza jovens pobres de modo geral, na medida em que podem ter seus direitos violados ou negados na dependência única da interação estabelecida com determinados agentes, quer do poder público, quer da iniciativa privada.

Mas não tem condições! A gente não pode nem chegar perto [do Prefeito]! Não dá, né! Um cara que nem a gente, não dá! Tem que ser um cara, por exemplo, o cara chega lá de terno e gravata, é outra coisa; aí o cara vai poder passar. Mas, se for um cara que nem nós, assim, vai colocar uma calça, um sapato, da Nike, então o cara fala: “Ele é bandido, não vai poder entrar aqui!” É complicado! (Daniel).

A incorporação do discurso da subalternidade imposto pelas demais instâncias sociais, impede o exercício legítimo da cidadania, do questionamento das autoridades e da reivindicação dos direitos a melhores condições de vida.

Quando jovens como Daniel não enxergam alternativas, quando não conseguem transpor as barreiras entre as “cidades” dentro da mesma cidade, acabam “optando” (como se não lhes restasse outra coisa) por aceitar a restrição à sua mobilidade, permanecendo circunscritos aos seus bairros de residência ou àqueles em que residem parentes e amigos, nos quais “podem” estar livremente. Esses fatos, embora já tenham se transformado em um “estado de coisas”, na medida em que ganharam uma naturalização social e sua não contestação, mostraram-se como a primeira característica marcante da vida juvenil em territórios periféricos, nas manchas urbanas⁸.

Assim, por meio do nosso trabalho de campo, o que verificamos foi que o tema das drogas não se interpôs como primeira questão da vida daqueles jovens, mas sim o cerceamento social, remetendo-nos à discussão dos direitos civis e as formas

contemporâneas subjetivas de impedimento do ir e vir de todo e qualquer cidadão.

Circulação no Local e Controle Institucional: Marcas na Vida

No relato de outro jovem, observaram-se outras situações de marcas, a partir do seu local de pertencimento. Heitor tem 16 anos, mora com os pais e o irmão. Faz várias atividades, participa de projetos educacionais e profissionalizantes, além de ir à escola. Ocupa praticamente todo o seu tempo em atividades educativas. Ele nos relata:

Heitor- Um dia foi que eu tava num bar que eu fui comprar guaraná. Só que na hora que eu entrei, a polícia tinha entrado também. Aí eles pararam eu. Só que aí eles me liberou, né? Aí também teve um outro dia que eu tava sentado numa pracinha, perto da minha casa, sentado, aí eles parou, perguntou meu nome, aí eu falei meu nome pra eles, falou outras coisa lá, é... Isso aí!

Paulo – E essa situação pesa pra você?

Heitor- Ah [silêncio] Falar assim, é, às vezes sim! E às vezes, não! Porque tem policial que já chega humilhando, já. Agora, tem uns que já chega conversando. Aí... Pesado [pausa] pra mim não foi! Porque, é normal isso aqui! É normal!

Paulo - Acontece sempre?

Heitor- Acontece com qualquer um! Como já aconteceu!

Paulo - Então essas “intimadas” são comuns?

Heitor- É, é comum!

Em outra conversa:

Paulo - Mas você sabe que tem direitos, não é?

Daniel – Tem, né... É... É complicado! Vai falar pra eles [os policiais] que eu tenho direito! Ele vai “continuar” nossa boca [calar de forma violenta]! Eles... Pessoal aqui pra eles, nem é gente. É cachorro as pessoas que moram aqui! É complicado! (Daniel).

A dimensão das violações de direitos torna-se constante nas experiências cotidianas daqueles jovens, a ponto de ser considerada “comum”, uma vez que “acontece com qualquer um”. Dessa forma, a violação de direitos torna-se “naturalizada” no processo de interação entre os jovens, o poder público, via segurança pública, e a cidade. Torna-se natural ser parado pela polícia sem motivo aparente, ficando à mercê de uma abordagem civilizada ou humilhante, a depender da opção do policial no momento. Torna-se natural a violação de direitos no cotidiano porque essas violações são construídas no processo de interação entre os atores sociais. São reproduzidas e reafirmadas de parte a parte na medida em que, de um lado, os agentes do poder público ou da iniciativa privada supõem-se no “direito” de violar direitos, a

dependem de seus próprios critérios; e, de outro, os jovens que, por não se perceberem enquanto sujeitos de direitos, conferem ao outro o “direito” de violentá-los.

Há que se ressaltar aqui que a violência pesa também sobre os seus agentes, que se veem incumbidos pela sociedade de desempenharem tal papel. Dos seguranças dos diferentes espaços privados da cidade espera-se que defendam o patrimônio sem que lhes ofereçam condições adequadas para isso. Aos policiais delegam-se o dever de manter a ordem, agindo sobre aqueles que a sociedade identifica como os agentes da desordem, indistintamente. Aos responsáveis pelos serviços públicos, o controle e o “bom uso” dos espaços. Lógicas perversas que reproduzem vulnerabilidades, violências e desrespeito por todos os lados.

Circulação Ilegal e Marcas na Vida: a Periferia e as Drogas

Abordar a temática das drogas no território que buscamos conhecer significa defrontar-se com interdições em relação ao assunto. Depara-se com restrições ao acesso a e à compreensão das lógicas instituídas entre os membros daquela coletividade acerca do problema. Lógicas estas que concernem apenas aos membros daquela coletividade e que, portanto, não são franqueadas aos que “vêm de fora”.

O que se observou, foi a dinâmica da ilegalidade inserida naquele território, criando formas diversas de estar no mundo, passando pela violência e, em algumas situações, pela “barbárie”.²⁰ No entanto, essa dinâmica não caracteriza o cotidiano da maior parte dos jovens moradores daquele local, mas sim, de um grupo que lá está e cria um cotidiano que influencia a todos.

Sandro tem 24 anos, a exemplo de Daniel, também é um “membro”¹⁵ da comunidade onde mora, conhecendo os códigos de convivência que pautam as relações naquele espaço. Seu relato nos introduz às formas de interdição que permeiam as relações da comunidade com a questão do tráfico de drogas.

Então, a gente vê, assim, porque a gente vê, assim, a gente não pode falar nada. Não pode falar nada! Então, tem uma coisa que eu aprendi, sempre meu pai fala pra mim, se você vê uma coisa, se você vê alguma coisa de errado, você não fala nada! Faz de conta que não viu nada! Então, quer dizer, ali embaixo eu conheço todo mundo, conheço os rapaz aí que mexe com essas parada aí, conheço todo mundo aí, então, eles me respeita, eu respeito eles, então, é, o meu dia a dia é esse (Sandro).

O tráfico de drogas se faz presente no bairro onde residem aqueles jovens, ordenando as relações entre os sujeitos, produzindo novas formas de sociabilidade.

Inserem-se naquela coletividade no papel de mantenedor da ordem interna, mediando conflitos entre os moradores, provendo necessidades urgentes, em especial de idosos e crianças; inserindo-se fortemente na economia das famílias²¹; ditando regras de conduta e as fazendo cumprir. No entanto, a aceitação desse poder que se instituiu naquele espaço não está fundamentada apenas no medo e na violência. Quando vislumbramos as relações estabelecidas entre o tráfico de drogas e a coletividade, parece-nos que essa aceitação, aparentemente tácita, reside também na mutualidade alcançada entre os sujeitos, na medida em que suas atividades revertem em benefícios, diretos ou indiretos, para toda a coletividade²¹.

Então, pra mim é complicado! Você vendo aquela pessoa que cresceu comigo, do meu lado, estudando junto, aí chega lá, vai cada um pra um lado! Ele vai pro caminho dele e eu vou pro meu!

E, muitas vezes já me ofereceram droga. É cabeça fria, os outro vai lá, oferece pra ficar na esquina, de menor, ganhando dinheiro... Por que lá ganha, né? Bastante! Aí o pessoal cabeça fraca fala: “Eu vou ganhar dinheiro! Não tô fazendo nada!” Aí vai e acaba com a vida! (Daniel)

Paulo – Você conhece quem trabalhe vendendo droga?

Heitor – Meus tio [silêncio] Meus tio vende.

Paulo – Por que você acha que as pessoas escolhem esse tipo de trabalho?

Heitor – Ah, porque eles acha que ganha dinheiro fácil, que... Você não sua muito pra ganhar... que é mais fácil para ganhar dinheiro... Penso nisso, né?

Minha opinião... é complicado isso daí, né? Botar jovem de 17 ano, 16, pra ficar ganhando dinheiro em cima pras pessoa que já tem mais de 30, que, só porque é de menor... Porque você sabe que vai preso, mas sai, né? Porque é de menor.

Aí o chefe fica lá dentro de casa, dormindo, assistindo televisão, enquanto as criança tá na rua, de madrugada, ganhando dinheiro pra eles. É complicado isso! Eu acho uma coisa bem complicada, cara!

Eu tenho vontade de falar, mas, se eu falar... é complicado! Ali em baixo, minha vida já era! É melhor eu ficar quieto no meu canto e deixar eles pra lá! (Daniel).

Dessa forma, em sua dimensão econômica, dentro daquele território, sendo fonte de sustento de muitas famílias que ali residem, o tráfico de drogas se apresenta como mercado de trabalho franqueado aos moradores, em especial jovens. Numa conjuntura em que, pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir dos anos 1970, os postos de trabalho disponíveis são escassos e, em geral, precários. Essa conjuntura afeta de maneira mais contundente aos jovens, em especial os pobres, como os que figuram

neste estudo^{22,23}. O mercado formal de trabalho, em transformação e numa crise do emprego e do salário²², exige cada vez mais capacitação para postos cada vez pior remunerados, forçando grande parte da população a se inserir na informalidade. Sendo assim, na era do trabalho precarizado, da quase extinção do trabalho estável, numa sociedade na qual as éticas do imediatismo, do lucro, do consumo massificado constroem sociabilidades e mediam as relações entre os sujeitos e deles com o mundo; numa sociedade em que a cada dia os “lugares sociais”²² passíveis de serem ocupados estão cada vez mais restritos; o tráfico de drogas aparece como parte integrante do sistema econômico vigente, estruturado na lógica do capital e do trabalho^{20,24}, atuando como uma das possibilidades de inserção dos jovens numa atividade econômica altamente lucrativa.

E também, vai vendo, é isso aí! Vai procurar emprego e não consegue, aí bate o desespero e fala: “Não, preciso fazer alguma coisa! Vou vender droga! Tem droga pra mim vender?” Aí o cara fala: “Tem! Tô! Aí o cara vai lá, ganha cem real num dia, cada dois dia... Aí ele vai gostando, vai gostando, começa a comprar umas coisa, umas roupas... E fala: “Tô mais bonito! Tô mais respeitado!”, por causa da droga! Aí vai, vai indo, até chegar no alto. Aí é complicado! (Daniel)

Paulo – E você acha que as pessoas escolhem esse tipo de trabalho por quê?

Gustavo – Não, uns não têm opção, né? Mas outros também, que... o dinheiro é fácil, vê que é fácil... Ah, não! Vai ser só um dia! Aí, depois acostuma, não quer sair! Aí, já era!

Paulo – Então o que falta é oportunidade?

Gustavo – Mas alguns, não! Alguns têm oportunidade, família boa... pai trabalha, mãe trabalha, mas quer ficar nessa vida aí!

De acordo com Feltran⁷, as lógicas do trabalho tradicional e do “trabalho” no crime coexistem no contexto das periferias, aparecendo, no interior das famílias, como uma “opção como outra qualquer”⁷. Opção esta que, muitas vezes, é mais atrativa e inclusiva para os jovens, de modo especial, conforme a percepção de Daniel exposta acima.

Porque eles... Eles pensa assim, eles vê, assim, a pessoa vendendo droga, a pessoa andando com carro importado, andando com celular novo, com tênis novo, com roupa de marca e isso e aquilo, pergunta: “Ah, o cara é traficante, o cara tem dinheiro!” Quer dizer, a pessoa já se empolga na... na vida do crime, se empolga também no dinheiro... (Sandro).

O que queremos pontuar aqui é que, por um lado, o tráfico de drogas inserido na coletividade é fonte de vulnerabilidade para os jovens locais e, por outro, as relações formais de trabalho pautadas pela fragilização e precariedade^{22,23} também são fontes de vulnerabilidade para aqueles jovens, atuando com força em ação na mesma arena que o tráfico de drogas.

Na aproximação com o universo dos jovens estudados, na apreensão de suas experiências cotidianas, a temática das drogas se mostrou presente em suas relações, quer de amizade, de vizinhança ou de familiares. Seus relatos traziam a convivência cotidiana com o uso e o comércio de drogas como parte integrante do cenário onde se desenrolam suas histórias. Pessoas que “fumam nas vistas de todo mundo”, conforme expresso por um dos jovens, parentes próximos que comercializam drogas como forma de sustento familiar, amigos de infância que se envolveram nas atividades do tráfico ou se “perderam” no uso. Relações próximas, presentes, reais. Tais relações vulnerabilizam, sem dúvida, aqueles jovens, naquele contexto. No entanto, compõem o cenário de muitas fragilidades cotidianas da vida.

Mais do que ter as drogas circulando pelos espaços, físicos e relacionais, onde os jovens se inserem, eles têm as violações, as afrontas aos seus direitos civis e sociais como fontes primeiras de vulnerabilização. São essas violações constantes que os confinam a espaços sociais precários, que limitam suas possibilidades de acesso aos serviços públicos, a bens culturais, ao trabalho e ao lazer.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mergulhar no universo daqueles jovens a partir do processo de questionamento de sua realidade social possibilitou acessar suas experiências inscritas num contexto social amplo que, de variadas formas, os colocam em situação de vulnerabilidade, mais do que outros grupos de jovens, de outras classes sociais. Também, se destacaram as formas de proteção desenvolvidas no território, mediante as redes de relacionamento e de mutualidades construídas entre e pelos sujeitos. São diferentes formas de apropriação do território e diferentes maneiras de interação que necessitam de abordagens diferenciadas.

Do que pudemos apreender nesta jornada pelo universo daqueles jovens, contrariamente ao que os discursos oficiais repetem⁶, não são as drogas a fonte primária de sua vulnerabilidade, mas sim as ações a eles direcionadas e as representações sociais sobre eles construídas. Sem desconsiderar, evidentemente, os efeitos nocivos concretos do uso de drogas, ressaltamos que, enquanto as ações públicas voltadas aos grupos de jovens pobres, especialmente em relação à temática das drogas, continuarem se pautando pela sua abordagem como “problema individual”, sem considerar os elementos efetivos do cotidiano juvenil, o que se terá é a manutenção da situação. Ou seja, continua-se operando com um

“estado de coisas”, na medida em que a desigualdade social e os cerceamentos e controles empregados na vida nas periferias são vistos como elementos “naturais” da sociedade. Com isso, ao invés de produzir mudanças nos contextos sociais daqueles jovens, trabalha-se no sentido de cada vez mais relegá-los a uma inserção social precária e ao risco de dupla fragilização social, em outras palavras, de não pertencimento, de desfiliação²².

Como limites do estudo realizado, assinalamos que os elementos aqui apresentados referem-se a uma determinada realidade e que, ainda que não possam ser generalizados para todos os contextos nem para todos os grupos de jovens moradores de periferias das cidades, destacam pontos importantes para a reflexão e a proposição de ações que se façam efetivas junto a esses grupos.

Fica claro que, por detrás das manchetes alarmistas debatidas atualmente, dos destaques da grande mídia, dos programas de intervenção político-sanitários focados na questão das drogas e das juventudes pobres, existe uma série de aspectos que atingem de maneira direta aqueles jovens e que não são devidamente considerados. Aspectos negativos que produzem vulnerabilidades, como as constantes violações de direitos, ações discriminatórias, violência, restrições à mobilidade urbana, precarização dos serviços públicos como escolas e serviços de saúde, e, com muita importância, a precarização das relações de trabalho. De forma integrada a essa realidade, também são desconsiderados aspectos positivos que subjazem à temática, como as redes de apoio e solidariedade firmadas no território, visando à atenção de necessidades coletivas, bem como o potencial transformador dos grupos de jovens, não aproveitado por faltarem espaços que lhes permitam o exercício da liderança e da expressão livre de seus pensamentos²⁵.

Por fim, destacamos que o papel das drogas na gênese das vulnerabilidades e das precariedades a que estão sujeitos os jovens de periferias urbanas precisa ser relativizado. Ainda que se façam presentes nas suas relações cotidianas, não se constituem na principal preocupação daqueles jovens. As questões levantadas quanto à violação de seus direitos e a não ampliação do acesso a eles produzem mais precariedades e vulnerabilidades que a própria presença da droga em suas vivências. Desse modo, a questão das drogas se mostra enquanto uma “cortina de fumaça” a esconder as questões de fundo estrutural de nossa sociedade, questões que produzem a discriminação, a inserção precária daqueles jovens, a desigualdade social, e que, para serem atendidas, requerem um esforço conjunto de toda a sociedade, tanto no âmbito geral das políticas

públicas, quanto no âmbito local das ações conjuntas dos atores sociais envolvidos (jovens, técnicos, comunidade, serviços públicos de saúde, educação, cultura etc), na direção de promover o acesso dos jovens aos seus direitos, construindo cidadanias.

Cumpra aqui ressaltar que, conquanto esta pesquisa não tenha a pretensão de trazer uma discussão inovadora acerca desta temática, traz, no entanto, apontamentos a partir das cenas cotidianas, das experiências singulares relatadas pelos jovens, no sentido de presentificar seus dramas e dimensionar o peso real das injunções sociais que sobre eles recaem. Se não trazemos aqui novas chaves de leitura para a temática droga e juventudes pobres, trazemos as vivências reais de jovens inscritos em um contexto social real, sujeitos a violações de seus direitos, a precariedades e a vulnerabilidades para além da questão do uso ou não uso de drogas, em uma sociedade que se pretende preocupada com a sua juventude. Junta-se a outras vozes que têm militado por uma compreensão coletiva da temática das drogas, ao invés de análises/tratamentos/ações/interpretações individualizantes, culpabilizantes e estigmatizantes. Considera-se que tal dimensão de conhecimento e de aproximação é fundamental para uma real discussão da problemática social contemporânea das drogas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo fomento desta pesquisa, mediante bolsa de mestrado do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades, REUNI; bem como às professoras e aos estagiários do Laboratório METUIA, Núcleo UFSCar, sem os quais esta pesquisa não teria sido viabilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Lopes RE, Adorno RC, Malfitano AP et al. Juventude pobre, violência e cidadania. *Saúde Soc.* 2008.17(3): p. 63-76.
2. Sanchez ZM, Oliveira LG, Nappo SA. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. *Ciênc. saúde coletiva.* 2004,9(1): p. 43-55.
3. Fiore M A. Medicalização da questão do uso de drogas no Brasil: reflexões acerca de debates institucionais e jurídicos. In: Carneiro H, Venâncio RP. *Álcool e drogas na história do Brasil.* São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005. p. 257-90.
4. Scadutto AA, Barbieri V. O discurso sobre a adesão de adolescentes ao tratamento da dependência química em uma instituição de saúde pública. *Ciênc. saúde coletiva.* 2009 14(2): p. 605-14.
5. Malfitano AP (Tese). A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas públicas sociais de atenção à juventude – a situação de rua em Campinas, SP. Escola Nacional de Saúde Pública/USP, São Paulo, SP. 2008.
6. Santos VE, Soares CB. O consumo de substâncias psicoativas na perspectiva da saúde coletiva: uma reflexão sobre valores sociais e

- fetichismo. *Sau. & Transf. Soc.* 2013, 4(2): p. 38-54. <http://www.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2214>. <Acesso em 20.10.2013>
7. Feltran GS. (Tese). Fronteiras de tensão: um estudo sobre a violência e políticas públicas em São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.
 8. Magnani JC. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani JC., Torres LL. (Orgs.). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: EdUSP. 1996. p. 12-53.
 9. Pereira PE, Malfitano APS. Percursos metodológicos para a apreensão de universos de adolescentes e jovens: um enfoque sobre a questão das drogas. *Rev. bras. Crescimento desenvolv. hum.* 2012, 22(3): 334-340.
 10. Silva CR. (Dissertação) Políticas públicas, educação, juventude e violência na escola: quais as dinâmicas entre os diversos atores envolvidos?. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.
 11. Flick U, Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Bookman, 2004. 312 p.
 12. Barros DD, ALMEIDA MC, VECCHIA TC. Terapia ocupacional social: diversidade, cultura e saber técnico. *Rev. ter. ocup.* 2007, 18(3): p.128-134.10.
 13. _____, Guirardi, MIG, Lopes RE. Terapia Ocupacional Social. *Rev. ter. ocup.* 2002, 13(2): p. 95-103, 2002.
 14. De Leon AP. Juventude, juventudes: uma análise do trabalho e renda da juventude brasileira. In: Abramovay M,; Andrade ER, Esteves LG. (Orgs.) Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude/ Ministério da Educação, 2009. p. 268-320.
 15. Garfinkel H. Estudos en etnometología. trad. Hugo Antonio Pérez Hernáiz, coleção Autores, Textos y Temas – Ciencias Sociales, Barcelona: Ed. Anthropos, 2006. 319p.
 16. Lopes RE, Silva CR, Malfitano AP. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. HISTEDBR On-Line. 2006, 23: p. 114-130.
 17. Rosa TT. (Dissertação) Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.
 18. Novaes RC, Cara DT, Silva DM, et al. (Orgs.). Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude/Fundação Friedrich Ebert. 2006.
 19. Arendt H.O declínio do Estado-Nação e o fim dos direitos do homem. In: Arendt H. Origens do totalitarismo. Rio de Janeiro: Documentário;1979. p. 300-36.
 20. Feffermann M. Reflexões sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas: uma malha que os enreda. *Sau. & Transf. Soc.* 2013, 4(2): 55-65. <http://www.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/2255-9231-1>. <Acesso em 20.10.2013>
 21. Begnami PS. (Dissertação). Pelos olhos das crianças: etnografia da Favela do Gonzaga. Departamento de Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2008.
 22. Castel R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 7ª. Edição. Petrópolis: Vozes; 2008.
 23. Teles VS. Mutações do trabalho e experiência urbana. *Tempo Soc.* 2006;18(1): p.173-195.
 24. Feffermann M. Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.
 25. Caccia-Bava A, Costa DIP. O lugar dos jovens na história brasileira. In: Caccia-Bava A, Feixa Pampols C, CangaYG. (Orgs.) Jovens na América Latina: Escrituras/CEBRIJ; 2004, p.65-114.